



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021**

**A COMPANHIA**

**APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA**

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das linhas do metrô carioca e em 8 de novembro de 2021 deixou de fazer parte do Grupo Invepar e passou a fazer parte do Grupo Hmobi.



**Linhas 1 e 2**

A concessionária MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 quilômetros. **O prazo da concessão é até 2038.**

**Metrô na Superfície**

É uma extensão do metrô realizada através de duas linhas de ônibus operadas e padronizadas pelo MetrôRio, que conecta as estações Botafogo e Antero de Quental aos bairros Humaitá, Jardim Botânico, Gávea e Leblon.

**Linha 4**

O MetrôRio presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 13 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste à Zonal Sul do Rio de Janeiro.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Desde o início de 2020, o MetrôRio viu sua operação ser fortemente impactada com redução drástica nos números de passageiros, devido à adoção das medidas de isolamento social para contenção do vírus da COVID-19.

Foram meses muito duros para a Companhia, mas o sistema metroviário continuou funcionando. A partir do momento que as medidas de isolamento foram sendo flexibilizadas, verificamos a volta na demanda de passageiros, mesmo que ainda abaixo dos patamares de antes da pandemia.

O ano de 2021 foi desafiador para a Administração, que se mostrou diligente em todas as suas decisões, que geraram redução de custos e decisões fundamentais na gestão de caixa para manter sua operação.

Como reflexo dos esforços envidados pela Administração, podemos mencionar os principais fatos a seguir:

- Em 12 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou realização da 9ª Emissão no montante de R\$ 1,2 bilhão. Esses recursos foram utilizados na reestruturação dos passivos financeiros da Companhia, com carência de 2 (dois) anos para início da amortização, e alongamento do endividamento.

- Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Dentre eles a revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos, a adequação da frota a uma nova grade de circulação, redução do consumo de energia, e redução de custo em contratos de manutenção e operação.

- Desde o início da pandemia a Companhia reforçou as medidas de segurança e higienização para maior proteção de seus usuários. Como medida preventiva contra o novo coronavírus, foi adotado um novo protocolo de limpeza, com reforço de equipes e ações de higienização nas composições e estações, e foram veiculadas campanhas educativas produzidas pelos órgãos de Saúde a fim de orientar os passageiros e colaboradores. Além disso foi realizada uma ação de sanitização nas estações das linhas 1 e 2. A iniciativa é um reforço às medidas preventivas já adotadas pelo MetrôRio para contenção da disseminação do coronavírus.

Além de todos os fatos acima citados, a Companhia passou por mudanças relevantes no quadro societário, onde deixou de integrar o Grupo Invepar e se tornou controlada integral da Companhia HMOBI Participações S.A., conforme reestruturação societária abaixo resumida:

Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação, que foi assinado em setembro de 2020 e previu a redução significativa da dívida da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (Companhia que detinha o controle acionário do MetrôRio), em troca de participações em empresas do Grupo Invepar:

I - Transferência da totalidade das ações de emissão da Hmobi Participações S.A. ("Hmobi") em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP");

II - Aumento do capital da Hmobi mediante emissão de novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ("Funct"), Fundação Petrosbras de Seguridade Social – PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ("PREVI");

III - Transferência das Ações do MetrôRio em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas o IAV FIP passou a ser acionista controlador detentor de 51,5% do capital social da Hmobi; e a Hmobi passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio.

**DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO**

**Assinatura do 7º termo aditivo**  
Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor da tarifa aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSF do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335, em compensação a extinção de certos processos judiciais regulatórios em favor do Poder Concedente, no montante de R\$ 287.369 milhões (Duzentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil); e (ii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, que foi aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

**Ressarcimento emergencial - MetrôRio**  
Em 30 de novembro de 2021, A AGETRANSF, através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente a parcela de *break even* operacional relativa ao período de março a dezembro de 2020, no valor de R\$ 286.067.997,00, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da concessão, em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do coronavírus (COVID-19).

**MetrôRio fica entre as 100 empresas mais influentes em mobilidade de 2021**  
O Connected Smart Cities e o Mobilidade Estadão, em uma parceria pioneira, divulgaram a lista das 100 empresas mais influentes em mobilidade de 2021. Onde 30 especialistas do setor escolheram as 100 empresas mais representativas do segmento.

Na avaliação dos especialistas, o MetrôRio foi uma das empresas que se destacou entre os Fabricantes e operadores de transporte público em 2021, um reconhecimento importante ao trabalho desenvolvido.

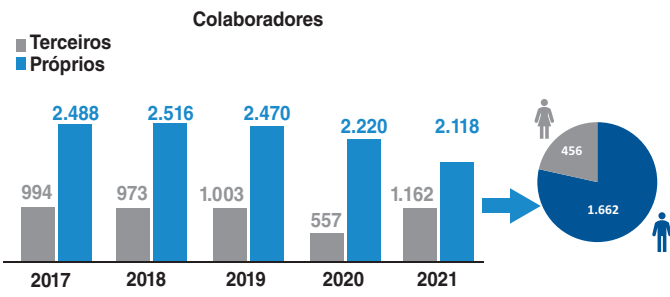
**Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários**  
O artigo "Impactos da Covid-19 no MetrôRio e estratégias de mitigação de impactos" foi o vencedor da categoria 1 do 8º Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários - curso organizado pela Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTTrilhos) e pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). A premiação faz parte da 27ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, um dos mais expressivos congressos técnicos do setor, realizado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (AEAMESP).

**MetrôRio integra projeto internacional que busca melhorar a manutenção de sistemas ferroviários**

O projeto Hartrack tem o objetivo de otimizar a manutenção de sistemas ferroviários e possibilitar simulações mais realistas. É liderado pela União Internacional de Caminhos-de-Ferro, organização mundial com sede na França, que busca desenvolver soluções para transportes sob trilhos. Os membros do projeto têm investigado os últimos conhecimentos da área de análise dinâmica da operação ferroviária, para que dessa forma seja possível compilá-los em uma iniciativa que irá padronizar e elevar a acurácia de simulações de sistemas ferroviários.

**SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA**

Com o agravamento da pandemia da COVID-19, a Companhia precisou mais uma vez reduzir seu quadro funcional em 2021, para melhor adequação da estrutura do negócio e da demanda operacional.

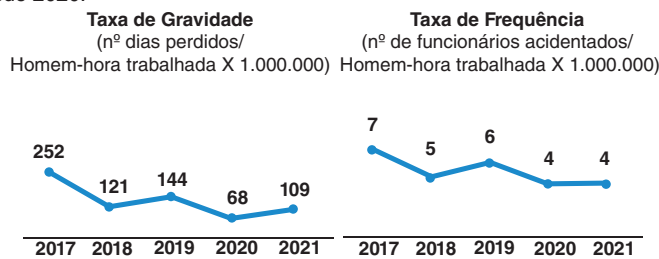


A modalidade Home Office continuou sendo adotada durante todo o período, principalmente nos setores administrativos, como medida de proteção aos colaboradores. Entretanto, a partir do segundo semestre – com a campanha de vacinação contra o vírus – foi disponibilizada, através de agendamento e com todas as medidas de protocolo recomendadas, a utilização do escritório. Para os colaboradores das áreas operacionais continuaram sendo adotadas medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde.

Os cursos de Mindfulness, Gestão do Tempo, Inteligência Emocional, Saúde Financeira, Comunicação Eficaz, Argumentação e Influência, Carreira com Protagonismo, Inovação e Criatividade, Negociação e Feedback continuaram disponíveis na nossa plataforma interna "Estação do Conhecimento" para todo o corpo funcional. Além disso, disponibilizamos o Programa de Apoio ao Colaborador com serviço de assistência social, psicológica, orientação financeira e jurídica.

Em dezembro de 2021, foi realizada a **Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT**, apresentando assuntos ligados a segurança no trabalho, saúde e atividades do dia a dia.

Também continuamos com o Programa Atitude Segura Sempre implantado desde 2020.



**ÉTICA E COMPLIANCE**

O MetrôRio segue os preceitos das políticas adotadas pelo controlador indireto Mubadala, com implantação de códigos e políticas de acordo com as melhores práticas de mercado e sob a luz do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, com posicionamento acima da média no setor de infraestrutura. Seguem destaques:

- Estrutura de Compliance dedicada;
- Programa de adequação e treinamento à Lei 12.846 (Lei Anticorrupção);
- Comunicação e treinamentos constantes que atingem colaboradores e terceiros;
- Processo de apuração de denúncias eficaz, suportado por Canal de Denúncias terceirizado;
- Avaliação de integridade de terceiros para tomada de decisão nas contratações de alto risco;
- Mapeamento de Conflitos de Interesses através de autodeclaração;
- Gerenciamento dos riscos estratégicos da empresa;
- Sistema integrado para suportar os processos de Compliance, Riscos e Controles Internos;
- Comitê de ética multidisciplinar e atuante.

**RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

Os projetos sociais do MetrôRio são desenvolvidos com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações da Companhia sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no seu entorno.

Em 2021, o MetrôRio apoiou 10 iniciativas sociais, totalizando 60.492 mil beneficiados e R\$ 1.038.209,00 investidos através de recurso Incentivado pela Lei do ISS (Lei de Incentivo à Cultura). A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pela Companhia com o apoio de parceiros:

**Biblioteca Estação Leitura**  
O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS). A biblioteca popular localizada na Estação Central do MetrôRio tem como objetivo a difusão da cultura, incentivando a leitura através do fácil acesso aos livros e de forma gratuita. Além disso, são realizados periodicamente *talk-shows* e atividades literárias.

**A Arte Gerando Renda**  
O projeto ofereceu gratuitamente oficinas de maquiagem social, maquiagem artística, arte nas unhas e tranças e turbantes. O foco da iniciativa foi a capacitação profissional de jovens e adultos, maiores de 15 anos, moradores de Acari, instrumentalizando-os para o mercado de trabalho.

**Água, Terra, Fogo e Ar**  
O projeto realizou apresentações de peça teatral no formato online, através dos canais de comunicação do projeto, para as escolas das comunidades da linha 2, do entorno do MetrôRio, abordando temas para estimular a consciência ecológica, e difundir a educação ambiental através do teatro, arte e cultura, para crianças e adultos.

**Gentilezinha**  
O projeto tem como objetivo realizar uma peça teatral itinerante pelas comunidades do Rio de Janeiro, no tema gentileza e inclusão social, porém, devido a pandemia, no ano de 2021 o projeto foi realizado todo no formato online, através de webséries disponibilizadas nos canais do projeto.

**Favela Mundo**  
O projeto desenvolveu oficinas de teatro, música (violão) e danças (brasileira, hip hop e jazz) para crianças e jovens de 06 a 18 anos, além de capacitação profissional para maiores de 16 anos (artesanato e maquiagem), para moradores do Jacareizinho.

**Consultorias e Orientações em Produção Cultural**  
O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS), fomentou ações culturais de forma online, através de consultorias e orientações em produção cultural com suporte na gestão de projetos e ações culturais, qualificando produtores e ampliando a capacidade das ações locais de se desenvolverem. Além das atividades realizadas, o projeto proporcionou aos seus participantes o conhecimento dos trâmites burocráticos exigidos pelos órgãos públicos e privados na ocasião de inscrição e seleção em leis de incentivo e editais.

**Escola de Música e Cidadania**  
O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS), realizado em Vicente de Carvalho, formou uma nova geração de instrumentistas e cidadãos, capazes de fazer da música um agente de promoção social e de enriquecimento cultural de todo o conjunto da comunidade, democratizando o acesso à cultura e abrindo possibilidades de formação pessoal e profissional.

**Projeto Olhares Cariocas**  
O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS) realizou oficinas de audiovisual e promoção de exposições de filmes, através de aulas teóricas e práticas sobre o audiovisual, para moradores da comunidade da Mangueira, além de oficinas que envolvem outros saberes necessários para a criação de um vídeo de qualidade, utilizando o aparelho celular.

**Multiplique o Bem**  
O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS) realizou oficinas de aprendizado para jovens desenvolverem projetos inovadores voltados para design, games, animação e robótica e capacitação para os professores na comunidade da Rocinha.

**Quiosque Solidário**  
O Projeto é realizado pelo MetrôRio e visa promover o trabalho das instituições e grupos produtivos, oriundos das comunidades vizinhas às Linhas 1, 2 e 4 do MetrôRio. A renda obtida com a venda dos produtos contribui para a melhoria de renda dos artesãos. Além da cessão de espaço em uma determinada Estação do MetrôRio, previamente selecionada pela Companhia e cedida ao grupo para que possam divulgar, expor e vender seus produtos. O programa contribui para potencializar a economia solidária estimulando assim a geração de renda e sustentabilidade das organizações. Em 2021, o quiosque foi instalado na Estação Central, onde permanece com a Instituição Comunitária OSAMI.

**Estação Alegria**  
Projeto de visitação às dependências do MetrôRio por grupos de crianças oriundas de Escolas, Comunidades e Instituições do entorno das Linhas 1, 2 e 4. A visita tem objetivo de difundir o conhecimento sobre o nosso negócio, além de tratar de temas como cidadania, segurança e meio ambiente de forma lúdica, dinâmica e explicativa.

**MEIO AMBIENTE**

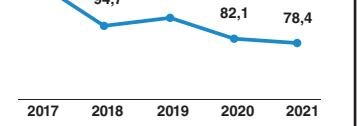
Sempre vigilante às questões ambientais, o MetrôRio, principal Companhia do Grupo, monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente

no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção do MetrôRio através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

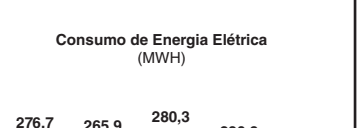
A 9ª emissão de debêntures do MetrôRio está alinhada aos *Green Bonds Principles* e, portanto, se caracteriza como Título Verde, com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável pelos seguintes e principais motivos:

- Os recursos serão utilizados para refinanciamentos, reembolsos e gastos relacionados a investimentos em mobilidade urbana, nomeadamente no transporte público de passageiros eletrificado por meio de trilhos e infraestrutura dedicada, categorias alinhadas aos GBP, a *Climate Bonds Taxonomy* e a publicação 'Não perca esse bond';
- Permitirá que a empresa siga com seu plano de CAPEX pelos próximos 10 anos, e esse uso de recursos está alinhado com a estratégia do MetrôRio e oferece benefícios ambientais e climáticos tangíveis;
- Não há risco de investimento temporário dos recursos em investimentos prejudiciais para o clima;
- As linhas operacionais de metrô têm performance confortável ou satisfatória em todas as dimensões analisadas: ambiental, comunidades, trabalhadores e sistema de gestão socioambiental.
- Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

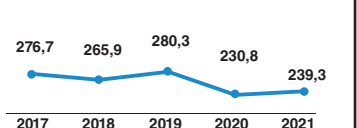
**Consumo de Água**  
O MetrôRio monitora e controla o consumo de água através de sistema de gestão. Eventuais desvios são tratados através de planos de ação. Há ainda a utilização de água de reuso para lavagens de trens, que reduz a utilização de água potável e trata parte dos efluentes gerados nas oficinas. O consumo de água diminuiu novamente em 2021, por conta da pandemia, devido à redução de passageiros, colaboradores e demandas operacionais.



**Consumo de Energia**  
Houve um aumento no consumo energético em comparação a 2020 por conta da flexibilização do isolamento social, aprovada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, retornando gradualmente com o fluxo de passageiros.



**Consumo de Combustível**  
Aumento no consumo de diesel, devido à maior movimentação de veículos auxiliares e maquinários de vias para operação e cronograma de manutenção em geral.



**Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)**  
O aumento está relacionado à necessidade de intervenções, reposição de SF6, nas subestações blindadas de energia elétrica. Além disso, houve uma mudança no fator de emissão de energia elétrica (de 0,0573 em 2020 para 0,1266 em 2021), relacionada à crise hídrica, ou seja, este fator está relacionado ao uso de termoeletricas para suprir a demanda nacional de energia elétrica.



**RESULTADOS**

**CONTEXTOS ECONÔMICOS**  
A economia foi duramente afetada ao redor do mundo ao longo do ano de 2020 e quando começou 2021 a expectativa para o ano era de um ano de crescimento tímido, com uma recuperação lenta, uma vez que já existia indicativos que a pandemia se estenderia por vários meses. A segunda onda de covid-19 no Brasil iniciou-se ainda no ano de 2020, levando à um aumento do número de casos no início de 2021. No final de 2021 a chegada da nova variante Ômicron no Brasil também contribuiu de forma relevante para o atraso na retomada da demanda de passageiros em 2021. O governo retornou em abril de 2021 com os auxílios emergenciais para a população, e em paralelo a taxa de desemprego começou a ceder em maio de 2021, saindo de 14,2% registrados no final de 2020 e atingindo 12,6% no início do último trimestre.

Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 5,02%, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) fechou 2021 com uma inflação de 17,78% acumulada no ano, a taxa ficou abaixo da observada em 2020 que foi de 23,14%.

Para o MetrôRio, o objetivo seguirá sempre sendo oferecer o melhor serviço de transporte, investindo em tecnologia e agilidade, para a população. A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Na tabela abaixo estão os principais índices que auxiliaram no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

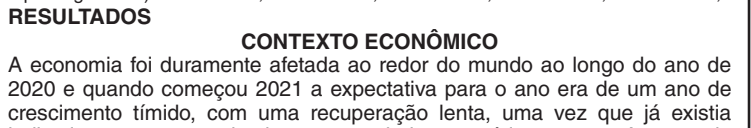
	2017	2018	2020	2021
<b>MetrôRio</b>				
Nº de passageiros transportados no ano (unidade)	243.672.398	242.220.440	251.856.605	118.465.381
Emissões líquidas evitadas anuais (tCO2e)	90.705	80.223	70.498	23.302
Emissões evitadas por passageiro-km (gCO2e)	30	26	24	14
Taxa de emissões por passageiro-km (em gCO2e/passageiro.km)	6,5	7,0	6,1	3,7

	2017	2018	2020	2021
<b>RESULTADOS</b>				
Dólar Final do Período (R\$)	5,58	5,19	7,5%	
CDI Final do Período	9,15%	1,90%	7,3pp	
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%	1,6pp	
TR Acumulado	0,00%	0,00%	0,0pp	
IGP-M	17,78%	23,14%	-5,4pp	
IPCA	5,02%	2,98%	2,0pp	
TJLP Final do Período	5,32%	4,55%	0,4pp	
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%	-0,1pp	

**RESULTADOS OPERACIONAIS**

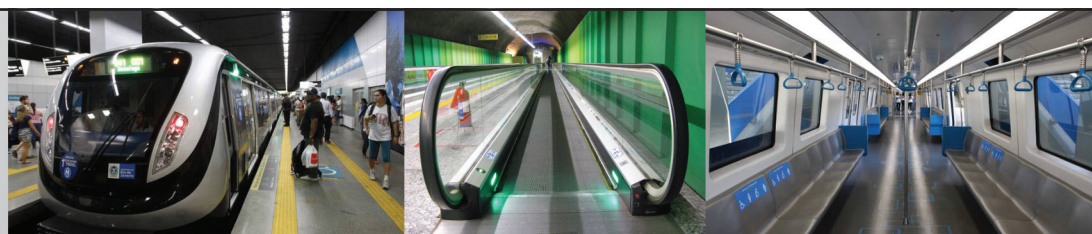
Desempenho Operacional (Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
MetrôRio – PAX Pagantes – L1 e L2	24,0	19,6	22,2%	83,3	82,3	1,3%
MetrôRio – PAX Pagantes – L4	7,5	5,9	28,4%	25,7	24,6	4,3%
MetrôRio – PAX Transportador – L1, L2 e L4	35,3	28,3	24,8%	121,7	118,7	2,6%

**PAX Transportados - L1, L2 e L4 (Milhões)**



Em 2021, as Linhas 1, 2 e 4 do sistema de metrô do Rio de Janeiro transportaram (pagantes e não pagantes) 121,7 milhões de passageiros, um aumento de 2,6% em relação a 2020. No 4T21, verificamos também um desempenho positivo de 24,8%, transportando 35,3 milhões de passageiros, cerca de 7 milhões a mais do que no 4T20. As medidas de isolamento social adotadas no início da pandemia, reduziu a circulação da população pela cidade, impactando na demanda de passageiros. A partir do 4T20, é possível verificar uma retomada de passageiros ao sistema metroviário, e em 2021 uma demanda acima do projetado, principalmente em função do retorno das atividades presenciais.

continua →



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

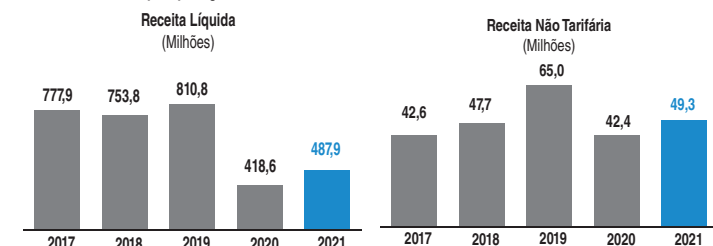
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021**

**RESULTADOS FINANCEIROS**

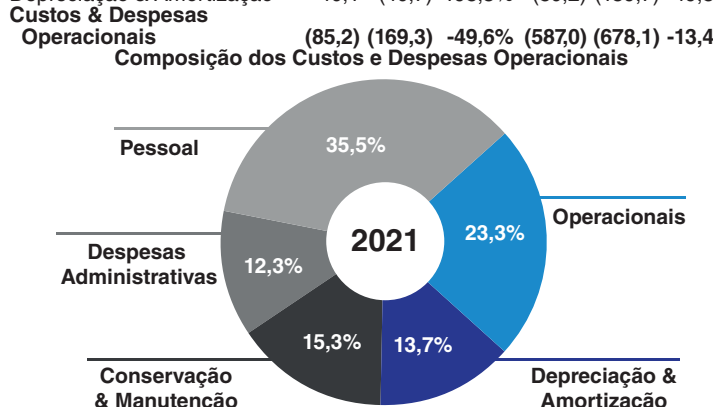
Receitas Operacionais (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receitas Tarifárias	138,0	97,9	41,1%	456,4	391,2	16,6%
Receitas Não Tarifárias	15,9	14,3	12,0%	49,3	42,4	16,5%
<b>Receita Bruta</b>	<b>154,0</b>	<b>112,3</b>	<b>37,2%</b>	<b>505,7</b>	<b>433,6</b>	<b>16,6%</b>
Deduções da Receita Bruta	(5,0)	(4,3)	0,0%	(17,8)	(15,0)	18,7%
<b>Receita Líquida</b>	<b>149,0</b>	<b>107,9</b>	<b>38,0%</b>	<b>487,9</b>	<b>418,6</b>	<b>16,6%</b>

Em 11 de maio de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS), com base no contrato de concessão, autorizou o aumento da tarifa em 16%, passando de R\$ 5,00 para R\$ 5,80, devido a pandemia. O aumento de 16% foi considerado pela Secretaria de Transportes uma redução de R\$ 0,50 em relação ao homologado pela AGETRANS, pois a agência recomendou o valor de R\$ 6,30. Em compensação a extinção de certos processos judiciais regulatórios em favor do Poder Concedente, no montante de R\$ 287.369 milhões (Duzentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil).

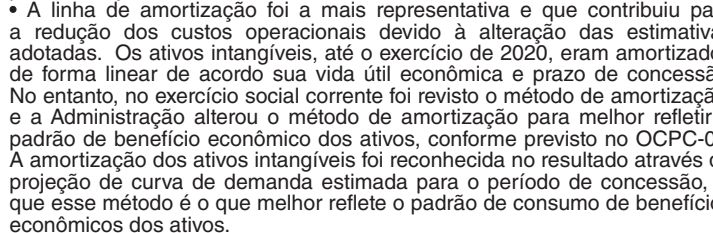
**TARIFA DO SISTEMA DE METRÔ DO RIO DE JANEIRO**  
R\$ 5,80 R\$ 5,00 R\$ 4,60 R\$ 4,30 R\$ 4,10 R\$ 3,70  
No ano de 2021, a Receita Líquida da Companhia aumentou 16,6%, atingindo R\$ 487,9 milhões. Esse aumento é explicado, devido ao aumento da demanda, principalmente em função do retorno das atividades presenciais. As Receitas Não Tarifárias, acompanharam o aumento das receitas Tarifárias, embora numa proporção menor.



Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(60,1)	(26,6)	126,8%	(208,4)	(212,9)	-2,1%
Conservação & Manutenção Operacionais	22,3	(21,9)	-202,3%	(89,7)	(85,4)	5,0%
Despesas Administrativas	(37,9)	(35,1)	8,3%	(136,9)	(133,7)	2,4%
Depreciação & Amortização	(49,5)	(45,1)	9,8%	(171,9)	(166,6)	3,2%
<b>Operacionais</b>	<b>(85,2)</b>	<b>(169,3)</b>	<b>-49,6%</b>	<b>(587,0)</b>	<b>(678,1)</b>	<b>-13,4%</b>

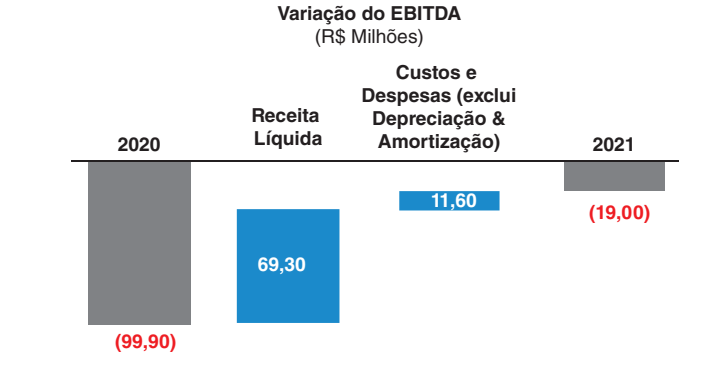


Em 2021, os custos e despesas operacionais do MetrôRio foram reduzidos em 13,4%, devido a:  
• Redução de custos com pessoal;  
• Redução de despesas administrativas, principalmente pelo reflexo da interrupção das despesas de compartilhamento com a Invepar, antiga controladora, durante o processo de reestruturação societária ocorrido no período de janeiro a outubro de 2021;  
• A linha de amortização foi a mais representativa e que contribuiu para a redução dos custos operacionais devido à alteração das estimativas adotadas. Os ativos intangíveis, até o exercício de 2020, eram amortizados de forma linear de acordo sua vida útil econômica e prazo de concessão. No entanto, no exercício social corrente foi revisado o método de amortização, e a Administração alterou o método de amortização para melhor refletir o padrão de benefício econômico dos ativos, conforme previsto no OCP-05. A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos dos ativos.



EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
EBITDA	(0,9)	(61,1)	n.m.	(217,2)	(231,6)	n.m.
Margem EBITDA (%)	15,9%	-19,1%	34,9 p.p.	-3,9%	-23,9%	20,0 p.p.

EBITDA Instrução CVM Nº 527/12	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Líquida	149,0	107,9	38,0%	487,9	418,6	16,6%
Despesas Operacionais	(40,1)	(169,3)	-49,6%	(587,0)	(678,1)	-13,4%
Despesas Administrativas	(37,9)	(35,1)	8,3%	(136,9)	(133,7)	2,4%
Depreciação & Amortização	(49,5)	(45,1)	9,8%	(171,9)	(166,6)	3,2%
<b>EBITDA Instrução</b>	<b>23,6</b>	<b>(20,6)</b>	<b>-215,1%</b>	<b>(19,0)</b>	<b>(99,9)</b>	<b>81,1%</b>



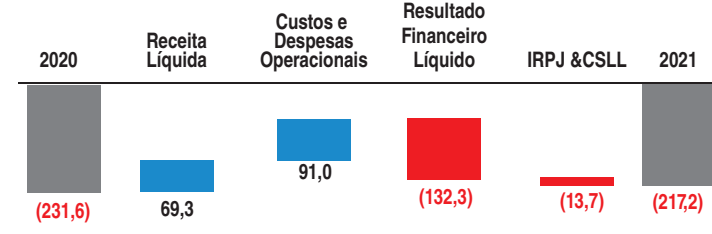
**Resultado Financeiro Líquido**

Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receitas Financeiras	2,4	2,1	14,3%	12,1	35,9	-66,5%
Despesas Financeiras	(65,3)	(34,3)	90,4%	(238,5)	(130,0)	83,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(62,9)</b>	<b>(32,2)</b>	<b>96,6%</b>	<b>(226,4)</b>	<b>(94,1)</b>	<b>140,6%</b>

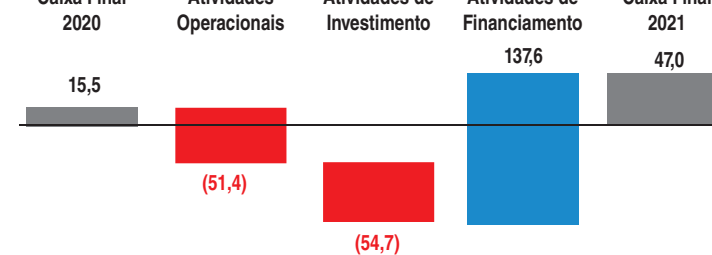
Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receitas Financeiras	2,3	2,1	9,5%	12,1	35,9	-66,5%
Juros	0,3	1,2	-72,7%	5,4	27,2	-80,4%
Despesas Financeiras	(65,3)	(34,3)	90,4%	(238,5)	(130,0)	83,5%
Juros	50,0	(31,2)	-259,9%	(97,3)	(91,8)	6,0%

A redução no prejuízo de R\$ 231,6 milhões em 2020 para R\$ 217,2 milhões, no resultado acumulado de 2021, é explicada pelo aumento na Receita Operacional – incremento da demanda pelo retorno às atividades presenciais, incremento de tarifa, redução dos custos e despesas implementados pela diretoria da Companhia, e redução da despesa de amortização por conta da alteração na metodologia da estimativa de amortização em função da demanda. Como fator negativo, o incremento das despesas financeiras em função da nova dívida atrelada ao IPCA, que teve aumento expressivo no período.

**Evolução do Resultado (R\$ Milhões)**



**Fluxo de Caixa (R\$ Milhões)**



O MetrôRio apresentou uma variação de caixa de R\$ 15,5 milhões no final de 2020 para R\$ 47,0 milhões, em 2021, representando um aumento de 204%. Em 2021, as atividades de Financiamento geraram R\$ 137,7 milhões devido à captação ocorrida em 2021.

**ENDIVIDAMENTO**

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	(1.313,1)	(1.054,9)	24,5%
Curto Prazo	-	(935,4)	n.m.
Empréstimos e Financiamentos	-	(263,7)	n.m.
Debêntures	-	(671,7)	n.m.
Longo Prazo	(1.313,1)	(119,5)	999,7%
Empréstimos e Financiamentos	-	(119,5)	-100,0%
Debêntures	(1.313,1)	-	100,0%
Disponibilidades	48,0	72,0	-33,2%
Caixa e equivalentes de caixa	47,0	15,5	205,2%
Aplicações Financeiras	1,0	56,5	-98,2%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(1.265,1)</b>	<b>(982,9)</b>	<b>28,7%</b>

A Dívida Bruta do MetrôRio teve um incremento de 24,5% com a apresentada no mesmo período de 2020, em virtude da emissão de debêntures ocorrida em 2021, frente a liquidação dos empréstimos em aberto em 2020.

**INVESTIMENTOS**

R\$ Milhões	2021	2020	Δ
Adição ao Imobilizado	1,2	3,2	-62,5%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	2,9	0,4	-475,0%
Investimentos na Concessão	126,5	85,5	48,0%
<b>Total Investido</b>	<b>130,7</b>	<b>89,1</b>	<b>46,6%</b>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a 9ª Emissão de Debêntures, no início de 2021, o MetrôRio conseguiu captar R\$ 1,2 bilhão. Os recursos obtidos foram utilizados, principalmente, para melhorar o perfil dos passivos financeiros da Companhia. Desta forma, a 9ª Emissão passa a ser a única dívida da Companhia, tendo carência de principal e juros até dezembro de 2023, o que permite um melhor fluxo de caixa nesse período. A administração da Companhia acredita fortemente na recuperação da demanda a partir de 2022, em função do alto índice de imunização da população no Estado do Rio de Janeiro e na queda dos indicadores de contaminações e internações no Estado, o que contribui para o retorno das atividades e necessidade dos deslocamentos na cidade. A Companhia está em fase avançada nas negociações com o Poder Concedente para o ressarcimento do valor homologado pela Agetrans, no montante de R\$ 286 milhões, referente a parcela do break even operacional no período de março a dezembro de 2020, em função das perdas decorrentes da pandemia. O MetrôRio continua voltado para prover soluções de mobilidade urbana com segurança, rapidez, previsibilidade e confiabilidade. Por fim, o MetrôRio segue atento aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

O MetrôRio utilizou os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 24 de junho de 2020. No exercício encerrado em dezembro de 2021, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.

**Herbert Adriano Quirino dos Santos**  
Diretor de Relações com Investidores  
Equipe de Relação com Investidores  
Daniel Azevedo e-mail: dri@metrorio.com.br  
Sandra Guedes Telefone: +55 21 3211-6300  
Luana Marques http://ri.metrorio.com.br/

**ANEXOS**

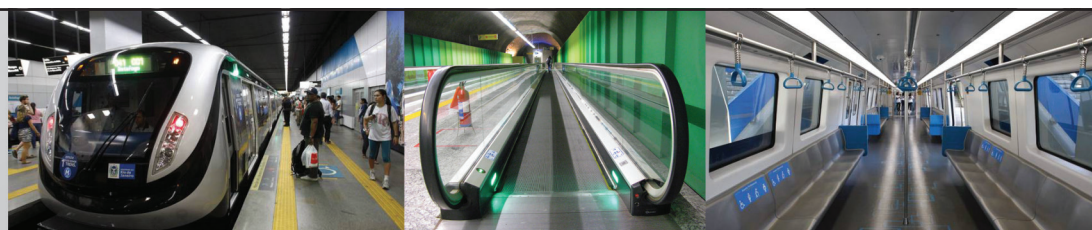
**Demonstração do Resultado**

Receita Bruta (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	154,0	112,2	37,3%	505,7	433,6	16,6%
Receitas com Pedágio	138,0	97,9	41,1%	456,4	391,2	16,6%
Receitas Acessórias	15,9	14,3	12,0%	49,3	42,4	16,5%
Deduções da Receita Bruta	(5,0)	(4,3)	16,7%	(17,8)	(15,0)	18,7%
<b>Receita Líquida</b>	<b>149,0</b>	<b>107,9</b>	<b>38,0%</b>	<b>487,9</b>	<b>418,6</b>	<b>16,6%</b>
<b>Custos &amp; Despesas</b>	<b>(85,2)</b>	<b>(169,3)</b>	<b>-49,7%</b>	<b>(587,1)</b>	<b>(678,1)</b>	<b>-13,4%</b>
Pessoal	(60,1)	(26,6)	126,8%	(208,4)	(212,9)	-2,1%
Conservação & Manutenção Operacionais	22,3	(21,9)	-202,3%	(89,7)	(85,4)	5,0%
Despesas Administrativas	(37,9)	(35,1)	8,3%	(136,9)	(133,7)	2,4%
Depreciação & Amortização	(49,5)	(45,1)	9,8%	(171,9)	(166,6)	3,2%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>63,7</b>	<b>(61,5)</b>	<b>-203,7%</b>	<b>(99,2)</b>	<b>(259,6)</b>	<b>-61,8%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(62,9)</b>	<b>(32,2)</b>	<b>96,0%</b>	<b>(226,4)</b>	<b>(94,1)</b>	<b>140,6%</b>
Receitas Financeiras	2,4	2,1	9,1%	12,1	35,9	-66,5%
Juros sobre aplicações financeiras	0,3	1,2	-72,7%	5,4	27,2	-80,4%
Variação monetária ativa	1,9	1,3	58,3%	6,5	3,2	103,1%
Variações cambiais ativas	0,0	(0,3)	-100,0%	0,2	5,5	-96,3%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(65,3)</b>	<b>(34,3)</b>	<b>90,4%</b>	<b>(238,5)</b>	<b>(130,0)</b>	<b>83,5%</b>
Comissões e despesas bancárias	(0,1)	(1,0)	-88,9%	(13,0)	(11,0)	17,3%
Juros passivos	3,9	(19,7)	-119,4%	(3,8)	(47,9)	-92,1%
Variação monetária passiva	(113,8)	(3,7)	2973,0%	(117,4)	(5,7)	1959,6%
Variações cambiais passivas	(0,2)	0,1	-200,0%	(0,4)	(2,8)	-85,2%
Juros sobre debêntures	46,1	2,1	21205,0%	(93,3)	(43,9)	112,5%
Outros	(1,2)	(12,2)	-90,1%	(10,5)	(18,7)	-43,9%
<b>RESULTADO ANTES DE IR &amp; CSL</b>	<b>0,8</b>	<b>(93,6)</b>	<b>n.m.</b>	<b>(325,7)</b>	<b>(353,7)</b>	<b>n.m.</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	0,8	-100,0%	-	2,6	-100,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(1,7)	31,6	n.m.	108,4	119,5	n.m.
<b>IR &amp; CSL</b>	<b>(1,7)</b>	<b>32,5</b>	<b>n.m.</b>	<b>108,4</b>	<b>122,1</b>	<b>n.m.</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(0,9)</b>	<b>(61,1)</b>	<b>n.m.</b>	<b>(217,2)</b>	<b>(231,6)</b>	<b>n.m.</b>

**Balanco Patrimonial**

Ativo (R\$ Milhões)	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	47,0	15,4
Aplicações financeiras	-	49,2
Créditos a receber	13,2	10,8
Estoques	74,6	79,0
Impostos a recuperar	4,1	8,7
Debêntures	-	-
Adiantamentos	12,7	16,6
Dividendos e JSCP	-	-
Partes relacionadas	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>151,8</b>	<b>180,2</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Aplicações financeiras	1,0	7,2
Partes relacionadas	0,0	0,0
Créditos a receber	10,0	9,8
Impostos a recuperar	0,9	6,0
Impostos diferidos ativos	262,7	154,3
Debêntures	-	-
Depósitos judiciais	36,4	26,9
Investimentos	40,6	49,2
Imobilizado	2.086,1	2.056,7
Intangível	2,086,1	2.056,7
Outros	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>2.438,0</b>	<b>2.310,5</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.589,9</b>	<b>2.490,7</b>
<b>Passivo (R\$ Milhões)</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	104,1	105,1
Empréstimos e financiamentos	-	263,7
Debêntures	-	671,7
Impostos a recolher	3,1	1,7
Obrigações com empregados e administradores	37,6	21,2
Concessão de serviço público	-	-
Provisão para manutenção	-	-
Adiantamentos de clientes	24,4	21,8
Dividendos e JSCP	-	2,5
Partes relacionadas	(0,0)	32,7
Outros	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>169,2</b>	<b>1.120,6</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	-	119,4
Debêntures	1.313,1	-
Partes relacionadas	-	58,4
Impostos a recolher	0,4	0,2
Impostos diferidos passivos	-	-
Concessão de serviço público	19,5	17,2
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	69,1	31,7
Receita diferida	1,9	2,1
Provisão para manutenção	-	-
Outros	4,1	3,2
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Fornecedores	-	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.408,3</b>	<b>232,5</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	1.458,9	1.367,1
Reserva de capital	-	-
Resultado acumulado exercícios anteriores	-	-
Resultado do exercício	(446,7)	(229,5)
Dividendos adicionais a distribuir	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-
Reserva de lucros	-	-
Participação dos não controladores	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.012,2</b>	<b>1.137,6</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.589,8</b>	<b>2.490,7</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020</b>	<b>1.344.160</b>	-	<b>538</b>	<b>1.472</b>	-	<b>1.346.170</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23.000	-	-	-	23.000
Prejuízo do exercício	-	-	(538)	(1.472)	(229.550)	(231.560)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>1.344.160</b>	<b>23.000</b>	-	-	<b>(229.550)</b>	<b>1.137.610</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>1.344.160</b>	<b>23.000</b>	-	-	<b>(229.550)</b>	<b>1.137.610</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.000	(23.000)	-	-	-	-
Aumento de capital	91.756	-	-	-	-	91.756
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(217.166)	(217.166)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>1.458.916</b>	-	-	-	<b>(446.716)</b>	<b>1.012.200</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais)

	2021	2020
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(217.166)</b>	<b>(231.560)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>(217.166)</b>	<b>(231.560)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Prejuízo antes dos impostos e contribuição</b>		<b>(325.566)</b>	<b>(353.661)</b>
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação e amortização	10 e 11	80.262	159.685
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	30.926	944
Provisão (Reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5	806	9.671
Variáveis monetárias e encargos, líquidos	18	239.292	83.566
Provisão (reversão) para riscos processuais		34.956	4.916
Outros		-	1.448
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes	5	(3.403)	25.105
Estoques	6	4.417	(8.026)
Tributos a recuperar	7	9.695	4.175
Depósitos judiciais		(9.489)	21.869
Adiantamentos		3.919	(2.541)
Parte relacionada	8	51	10.384
Outros		(1)	(758)
<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	12	2.808	35.404
Obrigações com empregados e administradores		16.334	(12.022)
Tributos a recolher	7	1.605	(1.948)
Adiantamentos		2.601	(14.951)
Parte relacionada	8	(91.156)	37.899
Obrigações com poder concedente		-	6.248
Outras obrigações e contas a pagar		716	312
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<b>(1.227)</b>	<b>7.719</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	10	(2.438)	(3.241)
Aquisição de intangível	11	(133.228)	(96.578)
<b>Caixa líquido aplicado pelas (aplicados nas) atividades de investimento</b>		<b>(135.666)</b>	<b>(96.398)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de Capital		91.756	-
Captação de empréstimos e financiamentos	13	1.200.000	18.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	23.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(1.073.370)	(25.918)
Aplicações financeiras	13	78.655	3.421
Custos de captação		(77.566)	-
Pagamento de dividendos		(2.557)	-
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(48.508)	(73.871)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>168.410</b>	<b>(58.789)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>31.517</b>	<b>(147.468)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		15.487	162.955
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	47.004	15.487
<b>Aumento (Redução) líquido no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>31.517</b>	<b>(147.468)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receitas</b>		<b>523.237</b>	<b>442.467</b>
Prestação de serviços	17	505.681	433.605
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(769)	(9.671)
Outras receitas		18.325	18.533
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(297.633)</b>	<b>(294.716)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(139)	(109)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(293.783)	(294.607)
Outros custos		(3.711)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>225.604</b>	<b>147.751</b>
<b>Retenções</b>		<b>(80.262)</b>	<b>(159.685)</b>
Depreciação e amortização	10 e 11	(80.262)	(159.685)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>145.342</b>	<b>(11.934)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>12.083</b>	<b>35.855</b>
Receitas financeiras	18	12.083	35.855
<b>Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir</b>		<b>157.425</b>	<b>23.921</b>
<b>Total do valor adicionado a distribuir</b>		<b>157.425</b>	<b>23.921</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>157.425</b>	<b>23.921</b>
<b>Pessoal e encargos</b>		<b>186.917</b>	<b>196.166</b>
Remuneração direta		122.746	122.755
Benefícios		53.991	58.393
FGTS		8.798	13.701
Outros		1.382	1.317
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>(69.032)</b>	<b>(89.652)</b>
Federais		27.753	19.753
Estaduais		2.256	1.644
Municipais		9.359	6.008
Diferido		(108.400)	(117.057)
<b>Remuneração capital de terceiros</b>		<b>256.706</b>	<b>148.967</b>
Juros		211.270	81.663
Aluguéis		1.880	2.756
Outras		43.556	64.548
<b>Remuneração de capital próprio</b>		<b>(217.166)</b>	<b>(231.560)</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(217.166)	(231.560)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolútiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIODOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSF e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, a íntegra lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 2º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSF do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

A Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que previu a redução significativa da dívida da Invepar envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo.

I - Transferência da totalidade das ações de emissão da Hmobi Participações S.A. ("Hmobi"): em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de 3 debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multifundação FIP ("IAV FIP");

II - Aumento do capital da Hmobi mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI");

III - Transferência das Ações do MetrôRio em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da Hmobi, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da Hmobi; e a Hmobi passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 17.482 (R\$ 940.402, em 31 de dezembro de 2020) e prejuízo da ordem de R\$ 217,2 milhões (R\$231,6 milhões, em 31 de dezembro de 2020). Este prejuízo está, substancialmente, relacionado às despesas financeiras relacionadas à emissão de debêntures ocorrida em 15 de janeiro de 2021 (vide nota explicativa 13).

**Impactos do COVID-19**

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados.

Com o avanço da vacinação e redução dos casos, o Governo iniciou o processo de flexibilização e consequentemente a retomada gradual e controlada das atividades.

A Companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza quanto a duração da pandemia, e por isso algumas medidas de monitoramento instituídas desde o início da pandemia estão mantidas. Dentre tais medidas mantidas, temos:

- Um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria, que acompanha semanalmente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia; e
- Renegociação e postergação de pagamento de dívida, gerando fôlego adicional ao caixa.

Em 30 de novembro de 2021, a AGETRANSF, através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente a parcela de break even operacional relativa ao período de março a dezembro de 2020, no valor de R\$ 286.067.997, conforme solicitação formalizada pela Companhia em 20 de setembro de 2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da concessão, em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Cabe mencionar, que a deliberação é uma decisão no âmbito administrativo, e além do reconhecimento do ressarcimento do valor acima, recomendou também ao Poder Concedente a adoção de ações objetivas para o ressarcimento emergencial e a repactuação do Contrato de Concessão frente às exigências impostas pela pandemia.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**2.1. Aprovação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP7 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo

evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

**2.2. Novos pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021**

- Alterações das demonstrações contábeis em vigor em 2021:
- Alterações ao IAS 1 – classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8 – definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – divulgação de políticas contábeis

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**2.3. Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) -Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

**2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)**

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCP7 05.

**2.5. Reconhecimento de receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

**(a) Receitas de serviços**

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**(b) Receita de juros**

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

**2.7. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas".

A Companhia revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

**2.8. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

**2.9. Despesas antecipadas**

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

**2.10. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Os ativos intangíveis com vida útil definida eram amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada até o exercício social de 2020, no entanto, no exercício social corrente foi revisto o método de amortização, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para melhor refletir o padrão de benefício econômico dos ativos, para maior detalhamento, evidenciamos na nota explicativa 2.23 os impactos da alteração da estimativa. A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliadas ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.13. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.14. Tributações**

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,6%	4,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.15. Benefícios aos empregados**

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

**(a) Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

**(b) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

**(c) Planos de benefício definido**

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 172 participantes.

**2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados como intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

**2.17. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

**2.18. Custos de empréstimos e financiamentos**

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.19. Resultado por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

**2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**a) Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**b) Estimativas e premissas**

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Participação nos lucros e resultado (“PLR”)**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

**2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.22. Mudança de estimativa**

Os ativos intangíveis com vida útil definida eram amortizados de acordo com o método linear até o exercício social de 2020, no entanto, no exercício social corrente foi revisto o método de amortização, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para refletir a melhor estimativa de padrão de consumo dos ativos operacionais. Esta mudança de estimativa gerou um impacto de R\$ 80.189 no resultado exercício social corrente.

A mudança na estimativa contábil afetou apenas os resultados do período corrente, e somente para fins de comparabilidade, abaixo demonstramos o resultado do período comparativo pro-forma:

**Balanço Patrimonial comparativo**

	2021	2020	Ajustes	2020
		(Divulgado)		(Pro-forma)
<b>ATIVO</b>				
CIRCULANTE	155.796	180.240	-	180.240
NÃO CIRCULANTE				
Intangível	2.084.960	2.056.789	79.135	2.135.924
Outros	351.960	253.724	-	253.724
Total do ativo não circulante	2.436.920	2.310.513	79.135	2.389.648
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.592.716</b>	<b>2.490.753</b>	<b>79.135</b>	<b>2.569.888</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
CIRCULANTE	172.140	1.120.642	-	1.120.642
NÃO CIRCULANTE	1.408.376	232.501	-	232.501
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	1.458.916	1.344.160	-	1.344.160
Prejuízos acumulados	(446.716)	(229.550)	79.135	(150.415)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23.000	-	23.000
Total do patrimônio líquido	1.012.200	1.137.610	79.135	1.216.745
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.592.716</b>	<b>2.490.753</b>	<b>79.135</b>	<b>2.569.888</b>

**Demonstração de resultado comparativo**

	2021	2020	Ajustes	2020
		(Divulgado)		(Pro-forma)
Receita operacional líquida	487.870	418.561	-	418.561
Custo dos serviços prestados	(448.112)	(491.487)	79.135	(412.352)
<b>Prejuízo bruto</b>	<b>39.758</b>	<b>(72.926)</b>	<b>79.135</b>	<b>6.209</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(138.916)</b>	<b>(186.600)</b>	<b>-</b>	<b>(186.600)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>(99.158)</b>	<b>(259.526)</b>	<b>79.135</b>	<b>(180.391)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(226.408)</b>	<b>(94.135)</b>	<b>-</b>	<b>(94.135)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(325.566)</b>	<b>(353.661)</b>	<b>79.135</b>	<b>(274.526)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>108.400</b>	<b>122.101</b>	<b>-</b>	<b>122.101</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(217.166)</b>	<b>(231.560)</b>	<b>79.135</b>	<b>(152.425)</b>

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa e bancos	17.759	7.978
Aplicações financeiras (*)	29.245	7.509
Total de caixa e equivalentes de caixa	47.004	15.487

(\*) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média 95,00 % do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

**4. Aplicações financeiras**

	Taxa	Indexador	2021	2020
Aplicações financeiras				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	-	49.259
Total circulante			-	49.259
Aplicações financeiras vinculadas	95,58%	DI		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)			1.036	7.240
Total não circulante			1.036	7.240
Aplicações financeiras			1.036	56.499

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) foram alocados em conta bancária específica e resgatados para liquidação do mesmo.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$ 1.036 (R\$ 7.240 em 31 de dezembro de 2020 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$ 44.887.

**5. CONTAS A RECEBER**

**5.1. Contas a receber, líquidas**

	2021	2020
<b>Receíveis</b>		
Vendas de passagens (a)	9.580	4.402
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	8.249	11.003
Receíveis do GERJ (c)	16.497	16.273
Receíveis do GERJ (d)	29.325	28.397
Outros	3.745	3.918
Total do contas a receber	67.396	63.993
Perdas de créditos esperadas – Locação de espaço físico	(5.266)	(5.388)
Perdas de créditos esperadas – Governo do Rio de Janeiro (c)	(9.510)	(9.510)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(29.325)	(28.397)
Total da PECLD	(44.101)	(43.195)
Total do Contas a Receber, líquidas	23.295	20.698
Circulante	13.239	10.866
Não circulante	10.056	9.832

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET - Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão.

**5.2. Agindo do contas a receber**

	2021	2020
<b>Contas a receber</b>		
A Vencer	11.788	9.855
Vencidos		
Até 3 meses	846	655
De 3 a 6 meses	344	605
Acima de 6 meses	54.418	52.878
<b>Total</b>	<b>67.396</b>	<b>63.933</b>

**5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas**

	2021	2020
Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:		
Saldo no início do exercício	(43.295)	(33.623)
Adições	(65.124)	(54.924)
Reversões	64.318	45.252
Saldo no fim do exercício	(44.101)	(43.295)

**6. ESTOQUES**

	2021	2020
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	73.904	78.320
Importação em andamento	730	731
<b>Total</b>	<b>74.634</b>	<b>79.051</b>





**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

**7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**(a) Tributos a recuperar**

	2021	2020
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social (b)	3.319	1.768
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social (a)	-	5.595
PIS e COFINS (c)	-	1.313
Outros	826	112
Circulante	4.145	8.788
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social (b)	984	6.036
Não circulante	984	6.036

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.  
(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.  
(c) Créditos de PIS e COFINS sobre os insumos na prestação de serviços.

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos**

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	2021	2020
Prejuízo fiscal	158.629	90.088
Base negativa da contribuição social	57.328	32.583
Provisão para riscos processuais	23.526	11.698
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	14.994	14.721
Provisões não dedutíveis	5.544	6.123
Amortização do ágio abr a nov/09	4.223	4.483
Participação nos lucros e resultado (PLR)	2.887	558
Outros diferidos ativos	1.904	2.406
Total do ativo fiscal diferido	269.035	162.660
Amortização do direito de concessão	(4.643)	(4.932)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Custo de captação	-	(33)
Outros diferidos passivos	-	(1.703)
Total do passivo fiscal diferido	(6.303)	(8.328)
<b>Total</b>	<b>262.732</b>	<b>154.332</b>

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelhando objetivos e metas a serem atingidos.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	2021
2024	6.855
2025	16.807
2026 a 2030	245.373
Total dos ativos fiscais diferidos	269.035
Total dos passivos fiscais diferidos	(6.303)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>262.732</b>

**(b) Tributos a recolher**

	2021	2020
ISS	1.040	747
PIS e COFINS	687	-
Taxa Agetransp	617	502
IRRF e CSRF	406	360
INSS sobre terceiros	243	163
Outros	197	-
Circulante	3.190	1.772
PIS e COFINS	167	187
INSS CPRB	247	40
Não circulante	414	227

**8. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

**Composição**

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Resultado
			Circulante	Não circulante	
HMOBI	Conta corrente (e)	Controladora	19	-	19
METROBARRA	Conta corrente (e)	Coligada	-	30	-
<b>Total</b>			<b>19</b>	<b>30</b>	<b>19</b>

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
LAMSA	Debêntures (a)	Coligada	-	93.280	-	-	(8.535)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	33	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	70	32.676	-	-	(35.541)
INVEPAR	AVAL (b)	Controladora	-	-	58.447	-	(18.742)
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	2.557	-	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	30	-	-	-
INVP FIDC	Fornecedores (d)	Coligada	-	35.257	-	-	-
<b>Total</b>			<b>70</b>	<b>163.803</b>	<b>58.447</b>	<b>58.447</b>	<b>(62.818)</b>

(a) Debêntures: Conforme descrito na Nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$ 154.170, adquiridas pela parte relacionada na época, LAMSA. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Cabe mencionar que houve liquidação antecipada integral do valor remanescente em agosto de 2021.

(b) Garantias firmadas entre a Companhia e a Invepar (aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.

(c) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(d) INVP FIDC: Referentes a Direitos Creditórios que os fornecedores adiantaram seus recebíveis junto ao Invp Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC. Vide Nota Explicativa 11.

(e) Conta corrente gerado em decorrência de liquidações de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome da parte relacionada.

**9. OBRIGAÇÃO COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

A obrigação com empregados e administradores demonstrada no quadro a seguir:

Composição	2021	2020
Férias e encargos de férias	15.213	14.070
Participação nos lucros	10.646	820
INSS a recolher	3.117	2.362
IRRF s/ salários	1.670	1.546
FGTS a recolher	1.164	987
Previdência complementar a pagar	785	536
13º Salário encargos sociais	-	4
Outros	5.007	944
<b>Total</b>	<b>37.603</b>	<b>21.269</b>

**Remuneração dos administradores**

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

Composição	2021	2020
Pró-labore	2.128	510
Bônus	1.389	776
Benefício pós emprego	122	41
Encargos	538	98
Outros benefícios	388	119
<b>Total</b>	<b>4.565</b>	<b>1.544</b>

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 4.690.

**10. IMOBILIZADO**

	Taxas anuais de depreciação %	2020		2021	
		Adições	Baixas	Transfê-rências	2021
Custo					
Máquinas e equipamentos	13	69.424	876	(173)	464
Móveis e utensílios	10	14.657	40	(171)	241
Veículos	20	973	-	(156)	-
Equipamentos de informática	20	29.978	68	(218)	738
Imobilizado em andamento		829	241	-	(241)
		115.861	1.225	(718)	1.202
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(40.883)	(5.929)	150	11
Móveis e utensílios		(8.233)	(1.235)	128	-
Veículos		(568)	(88)	156	-
Equipamentos de informática		(16.917)	(3.739)	215	-
		(66.601)	(10.991)	649	11
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>49.260</b>	<b>(9.766)</b>	<b>(69)</b>	<b>1.213</b>

(\*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

	Taxas anuais de depreciação %	2019		2020	
		Adições	Baixas	Transfê-rências (*)	2020
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,6	68.172	1.357	(93)	(13)
Móveis e utensílios	10	14.646	331	(319)	-
Veículos	20	678	295	-	973
Equipamentos de informática	20	29.274	429	(74)	349
Outros		829	-	-	829
		112.770	3.241	(486)	336
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(35.059)	(6.057)	88	144
Móveis e utensílios		(7.210)	(1.280)	257	-
Veículos		(540)	(29)	-	(569)
Equipamentos de informática		(13.084)	(3.864)	32	-
		(55.893)	(11.229)	377	144
		56.877	(7.988)	(109)	480

(\*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

**11. Intangível**

	2020		2021	
	Adições	Baixas	Transferências (*)	2021
Custo				
Software	35.295	2.939	(2)	121
Direito de concessão (a)	1.668.009	-	(2)	(1.323)
Investimento na concessão (b)	1.775.896	71.949	(292)	19.133
Outros	75.575	54.551	(29.391)	(19.133)
	3.554.775	129.438	(29.688)	(1.202)

	2019		2020	
	Adições	Baixas	Transferências (*)	2020
Amortização acumulada				
Software	(23.913)	(439)	2	-
Direito de concessão	(752.362)	(34.124)	1	(11)
Investimento na concessão	(721.711)	(34.709)	40	-
	(1.497.986)	(69.272)	43	(11)
	2.056.789	60.167	(29.645)	(1.213)

**Intangível líquido**

	2019		2020	
	Adições	Baixas	Transferências (*)	2020
Custo				
Software	33.993	409	(1)	894
Investimento na concessão (a)	758.335	59.787	(193)	25.124
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (b)	393.310	-	-	-
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (c)	1.266.655	-	(1.038)	9.082
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	-
Intangível em andamento	85.287	25.724	-	(35.436)
	3.470.423	85.920	(1.232)	(336)

	2019		2020	
	Adições	Baixas	Transferências (*)	2020
Amortização				
Software	(20.717)	(3.197)	1	-
Investimento na concessão	(303.023)	(47.213)	30	(144)
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(287.487)	(10.846)	-	-
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(396.031)	(58.364)	366	-
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(342.526)	(28.835)	-	-
	(1.349.784)	(148.455)	397	(144)
	2.120.639	(62.535)	(835)	(480)

(\*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

**(a) Investimento na concessão**

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2.

**(b) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)**

Direito de concessão referente à Outorga Principal R\$ 311.389 e Outorga Suplementar R\$ 162.940 (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b" Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Aditivo.

**(c) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)**

Conforme detalhado na Nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

**(d) Concessão decorrente de aquisição de controle**

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetroRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

**(e) Prazo de amortização**

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**Redução do valor recuperável de ativos**

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos para o exercício de 2021 concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando os impactos da pandemia do COVID-19; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,97% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 6,09% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo.

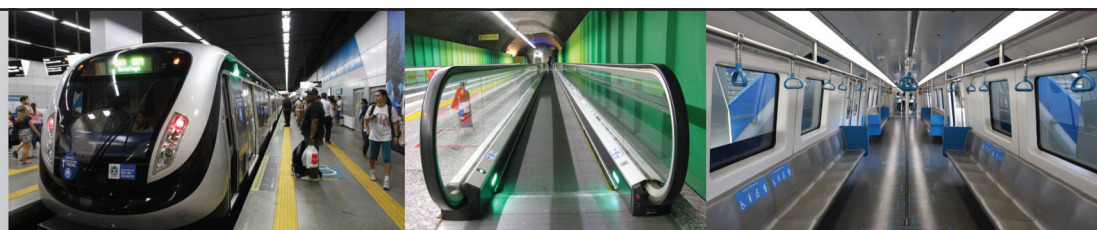
**12 Fornecedores**

	2021	2020
Fornecedores nacionais (a)	103.631	103.957
Fornecedores internacionais	492	1.148
<b>Total</b>	<b>104.123</b>	<b>105.105</b>

**13. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2021		31/12/2020	
					Não circulante	Total	Total	Total
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>								
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	-	-	-	111.576
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	-	-	-	63.136
Banco do Brasil	DI	230,20%	(*)	230,20%	-	-	-	18.011
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	-	-	-	213.775
Subtotal</								



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

	Adições		Amortização		Custo de captação	Transferência	31/12/2020
	31/12/2019 (Reapresentado)	Captação	Juros	Principal			
<b>Passivo circulante</b>							
<b>Empréstimos</b>							
BNDES III							
Subcrédito "A"	23.474	-	7.084	(5.787)	(1.859)	-	6.369
Subcrédito "C"	13.485	-	4.005	(3.333)	(1.052)	-	3.856
Caixa Econômica Federal	10.858	-	17.053	(10.374)	(17.075)	-	213.313
Banco do Brasil		18.000	940	-	(929)	-	18.011
Custos de captação	(70)	-	-	-	-	70	(54)
<b>Debêntures</b>							
Debênture - LAMSA	95.287	-	8.534	(6.424)	(4.117)	-	-
Debênture 1	177.961	-	40.569	-	(48.839)	-	412.500
Custos de captação	(1.527)	-	-	-	-	1.527	(3.751)
Subtotal	319.468	18.000	78.185	(25.918)	(73.871)	1.597	632.233
949.694							
<b>Passivo não circulante</b>							
<b>Empréstimos</b>							
BNDES III							
Subcrédito "A"	88.664	-	-	-	-	(6.369)	82.295
Subcrédito "C"	50.031	-	-	-	-	(3.856)	46.175
Caixa Econômica Federal	213.313	-	-	-	-	(213.313)	-
Custos de captação	(119)	-	-	-	-	54	(65)
<b>Debêntures</b>							
Debênture 1	412.500	-	-	-	-	(412.500)	-
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	3.751	-
Subtotal	760.638	-	-	-	-	(632.233)	128.405
Total geral (**)	1.080.106	18.000	78.185	(25.918)	(73.871)	1.597	1.078.099

(\*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.  
(\*\*) Valores brutos, sem impacto das aplicações vinculadas, cabe salientar que o impacto em questão refere-se somente ao exercício de 2020.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento:

	2021
2022	-
2023	170.322
2024	151.786
2025	164.157
2026	211.863
2027 em diante	696.431
	<u>1.394.559</u>

**BNDES**  
Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto III"), no montante total de R\$ 422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$ 278.395), "B" (R\$ 3.200) e "C" (R\$ 140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, este contrato encontra-se quitado.

**Caixa Econômica Federal**  
Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$ 650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$ 240.000) e "B" (R\$ 410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$ 240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito "B" não serão creditados à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, este contrato encontra-se quitado.

**Banco do Brasil**  
Em 26 de março de 2020 o MetroRio tomou capital de giro com o Banco do Brasil no valor de R\$ 18.000. Sobre o saldo devedor, incidem juros correspondentes a 419% do CDI. O vencimento da linha de crédito é trimestral com renovação automática. Em 31 de dezembro de 2021, este contrato encontra-se quitado.

**Debêntures**  
Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$ 155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. Cabe mencionar que houve liquidação antecipada integral do valor remanescente em agosto de 2021.

Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral.

O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023. As debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se portanto em 15 de dezembro de 2031. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ao ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as atuais dívidas do MetrôRio, reembolso de gastos e despesas.

**Hipóteses de vencimento antecipado**  
Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas, tais como, O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) redução do capital social ou recompra de ações, sem a anuência dos Debenturistas; (ii) Realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus controladores, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se inadimplente com quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023, e a data de vencimento, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") deverá ser igual ou superior a 1,2.

**Avaliação de Rating**  
Em 12 de fevereiro de 2021, a Fitch Ratings atribuiu, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' (AA menos (bra)) à 9ª emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetroRio) em série única, no montante total de BRL1,2 bilhão. A Perspectiva do rating é Estável.

**14. Concessão de serviço público**

	2021	2020
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038) (a)	19.533	17.219
	<u>19.533</u>	<u>17.219</u>

(a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)  
O montante de R\$ 19.533 (R\$ 17.219 em 31 de dezembro de 2020) registrado no passivo não circulante referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.  
Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	2020	Atualização do resultado	2021
Não Circulante	17.219	2.314	19.533
Total	17.219	2.314	19.533

(a) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

	2019	Atualização do resultado	2020
Outorga (a)	2.255	(2.255)	-
Circulante	2.255	(2.255)	-
Outorga (b)	8.715	8.504	17.219
Não Circulante	8.715	8.504	17.219
Total	10.970	6.249	17.219

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.  
(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

**Bens reversíveis**  
Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis.

**15. Provisões para riscos processuais**  
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.  
A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Natureza do risco	2021	2020
Trabalhistas (a)		41.741	13.493
Tributários (b)		23.465	13.622
Cíveis (c)		3.911	4.281
Outros		77	331
Total		<u>69.194</u>	<u>31.728</u>

**Movimentação das provisões**

Natureza do risco	2020		Reversões/pagamentos		Atualização monetária	
	2020	Constituição	2020	Atualização	2021	2021
Trabalhistas	13.493	30.457	(3.148)	939	41.741	41.741
Tributários	13.622	7.913	-	923	22.458	22.458
Cíveis	4.281	559	(592)	617	4.865	4.865
Outros	332	2	(235)	31	130	130
Total	<u>31.728</u>	<u>38.931</u>	<u>(3.975)</u>	<u>2.510</u>	<u>69.194</u>	<u>69.194</u>

Natureza do risco	2019		Reversões/pagamentos		Atualização monetária	
	2019	Constituição	2019	Atualização	2020	2020
Trabalhistas	13.171	2.087	(3.757)	1.992	13.493	13.493
Tributários	10.650	3.264	(292)	-	13.622	13.622
Cíveis	2.693	2.069	(812)	331	4.281	4.281
Outros	299	-	-	33	331	331
Total	<u>26.813</u>	<u>7.420</u>	<u>(4.861)</u>	<u>2.356</u>	<u>31.728</u>	<u>31.728</u>

**(a) Riscos trabalhistas**  
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.2011.5.01.0008 ocorrida em 2021 gerou adição nas causas trabalhistas, devido a ação plurima movida pelo Sindicato - SIMERJ relativo a discussão envolvendo acumulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal junto ao Tribunal Superior do Trabalho - TST, com valor atualizado no montante de R\$ 28.168.

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 97.831 (R\$ 113.355 em 31 de dezembro de 2020).

**(b) Riscos tributários**  
Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS, valor envolvido de R\$ 18.983 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.650 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 52.783 (R\$ 36.652 em 31 de dezembro de 2020).

**(c) Riscos cíveis**  
A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 58.105 (R\$ 35.550 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, em 01 de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais METRÔRIO e METRÔBARRA. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao METRÔRIO e locação de material rodante da METRÔBARRA. Em janeiro de 2021, METRÔRIO e METRÔBARRA tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. METRÔRIO informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do METRÔRIO. Quanto ao ato de improbidade, METRÔRIO entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$129.968.

**(d) Riscos regulatórios**  
Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em um processo para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSF, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. Em 2021 o processo foi extinto em função de um acordo firmado entre as partes, que resultou na celebração do 7º Termo Aditivo e a redução da tarifa, homologada em R\$ 6,30, para R\$ 5,80.

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas regulatórias possíveis estavam estimadas em R\$ 28.524 (R\$ 312.600 em 31 de dezembro de 2020).

**Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação**

	2021	2020
Depósitos recursais	23.908	15.575
Depósitos judiciais - embargos de terceiros (a)	12.575	11.419
	<u>36.483</u>	<u>26.994</u>

(a) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação.

	2020	Constituição	Baixa	Atualização	2021
Depósitos judiciais	15.575	6.749	(1.568)	3.152	23.908
Recursais	11.419	-	-	1.156	12.575
Embargos de terceiros	-	-	-	-	-
Total	<u>26.994</u>	<u>6.749</u>	<u>(1.568)</u>	<u>4.308</u>	<u>36.483</u>

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma, a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 12.575 (R\$ 11.419 em 31 de dezembro de 2020).

**16. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era de R\$ 1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 28.305.093 novas ações ordinárias, integralizadas mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 23.000.

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 91.827, mediante a emissão de 138.490.140 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era de R\$ 1.458.916, dividido em 1.613.694.012 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

**(b) Reserva legal**  
A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.

**(c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)**  
O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 29 de setembro de 2021, o saldo de dividendos a pagar de R\$ 2.557 referente a dividendos destinados em 2018, foram convertidos em aumento de capital compondo o valor total mencionado na Nota 16.a.

**(d) Reserva de retenção de lucros**  
Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia utilizou essa reserva no montante de R\$ 1.472 para absorver o prejuízo do exercício.

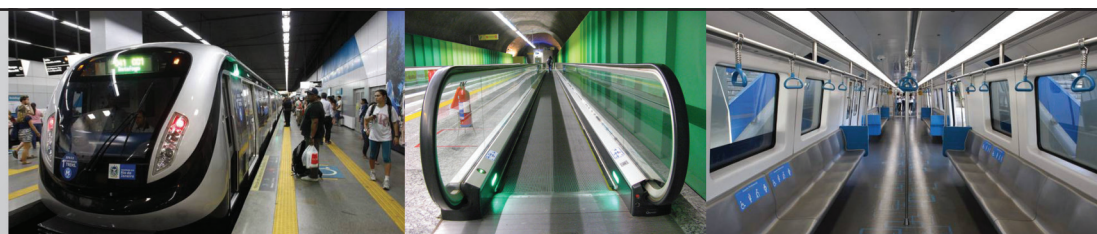
**(e) Adiantamento para futuro aumento de capital**  
Os adiantamentos para futuro aumento de capital ocorridos no exercício de 2020, no montante de R\$ 23.000 foram integralmente capitalizados em 22 de fevereiro de 2021.

**17. Receitas, custos e despesas por natureza**

	2021	2020
Receita com passagens	456.360	391.245
Receitas acessórias	49.322	42.360
Impostos, deduções e cancelamentos	(17.812)	(15.044)
Receita de serviços líquidas	<u>487.870</u>	<u>418.561</u>

**Custos e despesas por natureza**

	2021	2020
Pessoal	(208.398)	(212.821)
Energia elétrica	(101.615)	(101.730)
Conservação e manutenção	(89.671)	(85.350)
Depreciação e amortização (*)	(80.262)	(159.685)
Aluguéis	(1.006)	(963)
Segurança Patrimonial	(1.900)	(2.095)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(1.435)	(2.368)
Auditoria e Consultorias	(5.592)	(1.974)
Assessoria Jurídica	(5.419)	(2.489)
Água e esgoto	(1.686)	(1.902)
Telecomunicação fixa e móvel	(1.124)	(876)
Suporte e manutenção informática	(8.881)	(7.331)
Outros serviços - Terceiros PJ	(5.523)	(4.212)
Despesas legais e judiciais	(2.008)	(1.59



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação monetária ativa	6.505	3.205
Juros sobre aplicações financeiras	5.289	27.095
Variações cambiais ativas	216	5.495
Juros ativos	73	60
Total receitas financeiras	12.083	35.855
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária passiva	(117.408)	(5.709)
Juros sobre debêntures	(93.316)	(49.103)
Comissões e despesas bancárias	(12.979)	(11.011)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.942)	(29.082)
Variações cambiais passivas	(415)	(2.773)
Juros com partes relacionadas	-	(18.742)
Outros	(10.431)	(13.570)
Total despesas financeiras	(238.491)	(129.990)
Total resultado financeiro	(226.408)	(94.135)

**19. RESULTADO POR AÇÃO**

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(217.166)	(231.560)
Denominador (em milhares de ações)		
média ponderada de número de ações ordinárias	1.613.694	1.446.899
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)</b>	<b>(0,135)</b>	<b>(0,160)</b>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluídos em 31 de dezembro de 2021, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

**20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2021, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
DIRECTORS & OFFICERS	40.000	08/11/2021	08/11/2022	BERKLEY
RISCOS OPERACIONAIS	280.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	60.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
AUTOMÓVEIS	TABELA FIPE 110%	24/08/2021	24/08/2022	PORTO SEGURO
TRANSPORTE INTERNACIONAL	4.000	28/02/2021	28/02/2022	SURA
GARANTIA JUDICIAL	US\$ 3,000	28/02/2021	28/02/2022	SURA
	8.031	06/08/2021	14/07/2022	BMG
		14/07/2019 à	14/07/2022 à	
GARANTIA JUDICIAL	8.792	23/12/2020	23/11/2022	Ezze
		28/02/2019 à	28/02/2024 à	
GARANTIA JUDICIAL	4.077	04/03/2021	04/03/2024	JNS
		02/08/2020 à	04/08/2025 à	
GARANTIA JUDICIAL	1.095	16/08/2020	17/08/2025	Tokio
		23/05/2019 à	16/07/2023 à	
GARANTIA JUDICIAL	160.320	03/04/2021	04/08/2025	Fator
		23/11/2019 à	23/11/2022 à	
GARANTIA JUDICIAL	12.012	16/07/2021	16/07/2023	Potential

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**20. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES**

O MetrôRio possui um contrato vigente de fornecimento de energia elétrica firmado com a Rio Paraná Energia S.A. (empresa do grupo CTG Brasil) no ambiente livre de contratação. Esse contrato visa abastecer o consumo de energia elétrica das Linhas 1, 2 e 4 durante o período de 01/08/2021 a 31/12/2022 e tem o valor de R\$ 54.026.

Além desse contrato, foram celebrados na mesma data de 06/08/2020:

(i) outro contrato de fornecimento de energia elétrica, porém firmado com a Rio Parapanema Energia S.A. (empresa também do grupo CTG Brasil) para atendimento das Linhas 1, 2 e 4, com período de suprimento de 01/01/2023 a 31/12/2024;

(ii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 26 de janeiro de 2009 com a Rio Parapanema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo das Linhas 1 e 2 durante o período de 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024;

(iii) Aditivo ao contrato de fornecimento de energia de elétrica, celebrado em 09 de maio de 2016 com a Rio Parapanema Energia S.A., cujo período de suprimento previa o abastecimento do consumo da Linha 4 durante o período de 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021. O aditivo foi firmado para reduzir o volume contratado em 2021 e transferir o volume reduzido para abastecimento de 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o MetrôBarra (interventente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**(a) Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômica financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	2021		2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<b>Instrumentos financeiros</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	47.004	-	15.487	-
Aplicações financeiras	1.036	-	56.499	-
Contas a receber	-	23.265	-	20.698
Partes relacionadas	-	-	-	100
Total do ativo	48.040	23.265	71.986	20.798
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	106.939	-	105.105
Partes relacionadas	-	-	-	91.156
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.313.123	-	1.054.907
Concessão de serviço público	-	19.533	-	17.219
Obrigações com empregados e administradores	-	37.603	-	21.269
Total do passivo	-	1.477.198	-	1.289.656

**(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

**• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**(c) Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

**(d) Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

**(e) Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das aplicações financeiras com indexador dólar.

**(f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros**

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

**As taxas consideradas foram:**

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	11,08%	8,31%	5,54%
DI Passivo (% ao ano)	11,08%	13,85%	16,62%
TR Ativo (% ao ano)	1,66%	1,25%	0,83%
TR Passivo (% ao ano)	1,66%	2,08%	2,49%
TJLP (% ao ano)	5,80%	7,25%	8,70%
Taxa câmbio ativo (R\$/US\$)	R\$5,55	R\$4,16	R\$2,78
IPCA Passivo (% ao ano)	5,02%	6,28%	7,53%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA em 31 de dezembro de 2021.

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	29.243	3.240	2.430	1.620
Aplicações financeiras não circulante					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	1.036	115	86	57
Total		30.279	3.355	2.516	1.677

Empresa	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Debêntures 2	IPCA	1.394.559	70.007	87.578	105.010
Total		1.394.559	70.007	87.578	105.010

**(g) Gestão do capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.313.123	1.054.907
Caixa e equivalentes de caixa	(47.004)	(15.487)
Aplicações financeiras	(1.036)	(56.499)
Dívida líquida	1.265.083	982.921
Patrimônio líquido	1.012.200	1.137.610
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.277.283	2.120.529

**(h) Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

**31 de dezembro de 2021**

	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	698.128	696.431	1.394.559
Fornecedores	106.939	-	-	106.939
Concessão de serviço público	-	19.533	-	19.533

**22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA**

A Companhia apresentou as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	3.790	2.262

A DIRETORIA		CONTROLLER CORPORATIVO	
<b>CONTADOR</b>		<b>CONTROLLER CORPORATIVO</b>	
Sandra Guedes Videira - CRC RJ 076052/O-1		Daniel Antunes Azevedo	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas do MetrôRio S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do MetrôRio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do MetrôRio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

**Principais assuntos de auditoria (PAA)**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

**Reconhecimento de receita**

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços; (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controle; (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados à validação mensal do cálculo sistemático da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.
(i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e	
(ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.	

**Realização de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social**

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A Companhia mantém registrados tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no ativo não circulante. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos, conforme descrito na nota explicativa nº 7. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendemos e testamos o plano de negócios utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia; (ii) realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizadas pela Administração para determinar as bases tributárias futuras; (iii) comparamos as premissas do plano de negócios com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como com informações dessas projeções com os resultados apresentados pela Companhia em anos anteriores à pandemia da Covid 19; (iv) analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores; e (v) efetuamos o recálculo dos créditos tributários comparando com as bases fiscais a fim de determinarmos a sua adequabilidade. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento do crédito tributário diferido, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.
(i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e	
(ii) a avaliação da realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos diferidos, envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização dessa realização.	

**Alteração de estimativa contábil (nota explicativa 2.19)**

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Para refletir a melhor estimativa de padrão de utilização dos ativos operacionais, a Companhia alterou o método de cálculo da amortização dos ativos intangíveis, de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2021, de acordo com a NBC TG 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que foi aprovada pela Deliberação CVM 592/09. Os ativos intangíveis com vida útil definida eram amortizados de acordo com sua vida útil econômica e passaram a ser amortizados de acordo com a curva de demanda de passageiros transportados, utilizando como base o período da concessão. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i); a Companhia alterou uma estimativa contábil e os resultados dessa alteração foram significativos no resultado do exercício e afetarão exercícios futuros.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) o entendimento sobre o novo método de amortização utilizado pela Companhia; (ii) obtivemos o cálculo da estimativa e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas; (iii) recalculamos a amortização do exercício com base na nova estimativa e validamos o cálculo com o volume de passageiros transportados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (iv) Comparamos o valor apresentado pela nova estimativa com o impacto do resultado do exercício para validar sua razoabilidade. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a mudança de estimativa contábil, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.



☆ continuação



CONCESSÃO METROVIÁRIA  
DO RIO DE JANEIRO S/A  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras daquele exercício; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

